

Bolso puxa votos

VICENTE NUNES
E EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Quando decidiu apoiar a política econômica capitaneada pelo então todo-poderoso ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a despeito das críticas de seu partido, o PT, e de aliados históricos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia que estava depositando ali as principais chances de ganhar um novo mandato. Mesmo nos momentos mais críticos, como no terceiro trimestre do ano passado, quando seu governo se desmanchava atolado em corrupção e o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, levava um tombo, Lula reforçou as apostas. Se ainda havia alguma chance de se reeleger, ela estava nos bons indicadores que a economia poderia lhe fornecer.

A quatro meses das eleições e com a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) ganhando fôlego, Lula tem certeza de que faz a escolha certa. Ele acredita que, em outubro, ao fazer sua opção, a maior parte do eleitorado estará votando pelo bolso e não por ideologia ou protesto. Esse comportamento predominará, principalmente, entre as camadas mais pobres da população, como mostram as atuais pesquisas de intenção de votos. Na avaliação do Palácio do Planalto, as classes C, D e E vivem uma sensação de bem-estar que há muito tempo não se via. "Não há denúncia de corrupção que sobreviva a um bom momento econômico. Quando a economia vai bem, os eleitores tendem a pensar: todos os candidatos são corruptos. Então, vamos manter quem já está no poder, pois ele está nos dando algumas coisas boas. Não sabemos se um outro eleito fará o mesmo", diz um aliado bastante próximo de Lula.

Os números que ancam a estratégia da reeleição de Lula são consistentes. Desde o início de seu governo, o salário mínimo teve aumento real de 25%. Hoje, com R\$ 350, as famílias podem comprar o correspondente a 2,2 cestas básicas. Há 10 anos, ainda em plena euforia do Plano Real, o salário mínimo de R\$ 112 arrematava 1,2 cesta básica. O aumento real do salário mínimo está sendo potencializado pela forte queda dos preços dos alimentos. De janeiro deste ano para cá, o quilo do frango acumula baixa de 15,83%.

O pacote de cinco quilos de arroz, que chegou a custar R\$ 12, está sendo vendido por até R\$ 5, graças a uma safra exuberante e às importações do Uruguai.

Efeito câmbio

Os alimentos mais baratos, que vêm empurrando a inflação para a casa dos 4% no acumulado de 12 meses, favorecem ainda as mais de 9 milhões de residências beneficiadas pelo Bolsa Família, o programa assistencialista do governo. Pelo menos 90% do que elas recebem por mês, cerca de R\$ 95, são destinados para a compra de comida. É esse consumo, por sinal, que está inflando as vendas do comércio nas regiões mais pobres do país. Enquanto no Paraná e em Santa Catarina o faturamento do varejo aumentou, respectivamente, 0,36% e 2,85% nos quatro primeiros meses do ano, frente ao mesmo período de 2005, no Amazonas, o comércio teve incremento de 17,11%. No

Ceará, as vendas cresceram 10,73%. Na Bahia, 9,83%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O poder de compra das famílias também aumentou diante da expressiva queda do dólar. Boa parte dos produtos fabricados com matérias-primas importadas ficou mais acessível, do pãozinho francês ao televisor de plasma. "E não dá para dizer que o governo está recorrendo a uma política populista no câmbio para usufruir da queda do dólar. As taxas são flutuantes, regidas pela oferta e pela demanda do mercado", diz o economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor da Área Externa do Banco Central.

Na conjuntura atual, acrescenta o economista Carlos Thadeu Filho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a taxa de câmbio favorece o governo de três formas: 1) Os produtos que deixam de ser exportados são jogados no mercado interno, derrubando os preços; 2) As importações de bens de consumo aumentam, ampliando a competição e mantendo a inflação sob controle; 3) Os insumos e os maquinários ficam mais baratos, diminuindo os custos de produção da indústria. "Nesse ponto, até a classe média acaba tirando proveito do bom momento da economia", afirma Thadeu. Não é à toa que o consumo das famílias está crescendo há 10 trimestres consecutivos.

Renda e Crédito

A onda de boas notícias na qual Lula acredita que surfará até as eleições ganha reforço com os indicadores positivos do mercado de trabalho. Curiosamente, os números

são alardeados pelo diretor de Política Econômica do BC, Afonso Beviláqua, um dos principais alvos das críticas de petistas contra o modelo econômico seguido pelo governo. Ele afirma que a taxa de desemprego, de 10,1%, está no menor nível desde 2002, quando o IBGE mudou os critérios das pesquisas. A taxa de criação de emprego formal, com carteira assinada, é a maior dos últimos 12 anos. Pelas suas contas, entre 1995 e 2002, quando Fernando Henrique Cardoso comandou o país, foram criados, em média, 33 mil empregos por ano. Em 2003, o primeiro

da administração Lula, foram 667 mil novas vagas. Entre 2004 e 2006, serão abertas, em média, 1,280 milhão de postos de trabalho por ano.

Com mais emprego e com inflação em baixa, o rendimento médio real dos trabalhadores aumentou 3,9% desde o início deste ano. A massa salarial, a soma de todos os salários pagos aos trabalhadores, cresceu 13,8% de janeiro de 2004 a maio deste ano. "É tudo indica que continuará crescendo", afirma Beviláqua. Além da elevação da renda, os trabalhado-

res passaram a dispor de uma grande oferta de crédito. O endividamento das pessoas físicas saltou de R\$ 138,5 bilhões para R\$ 212,7 bilhões nos últimos 17 meses. Mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, descarta o uso do crédito como arma eleitoral do governo. "O crédito está subindo não por este ser um ano de eleições. É porque o Brasil conseguiu condições sólidas de crescimento e o crédito ficou mais seguro", afirma.

Voto consciente

O aposentado Abrão Dias Soares, 65 anos, reconhece que as condições de vida deram uma leve melhora. "Mas ainda está difícil atender a todas as necessidades de minha família com os R\$ 350

que recebo", diz. Para aliviar o aperto, ele fez um empréstimo de R\$ 700 e reformou parte de sua casa para alugar. São mais R\$ 350 por mês, que lhe permitem botar comida em casa para a mulher e as duas filhas. Mais satisfeito, o motorista Raimundo Alves Menezes, 40, ostenta, com orgulho, o aparelho de DVD e uma televisão que comprou à vista mês passado, depois de poupar R\$ 1,3 mil. Um aparelho de som foi arrematado por meio de crediário em 12 prestações de R\$ 79. "Agora, quero juntar dinheiro para viajar com minha mulher de férias para

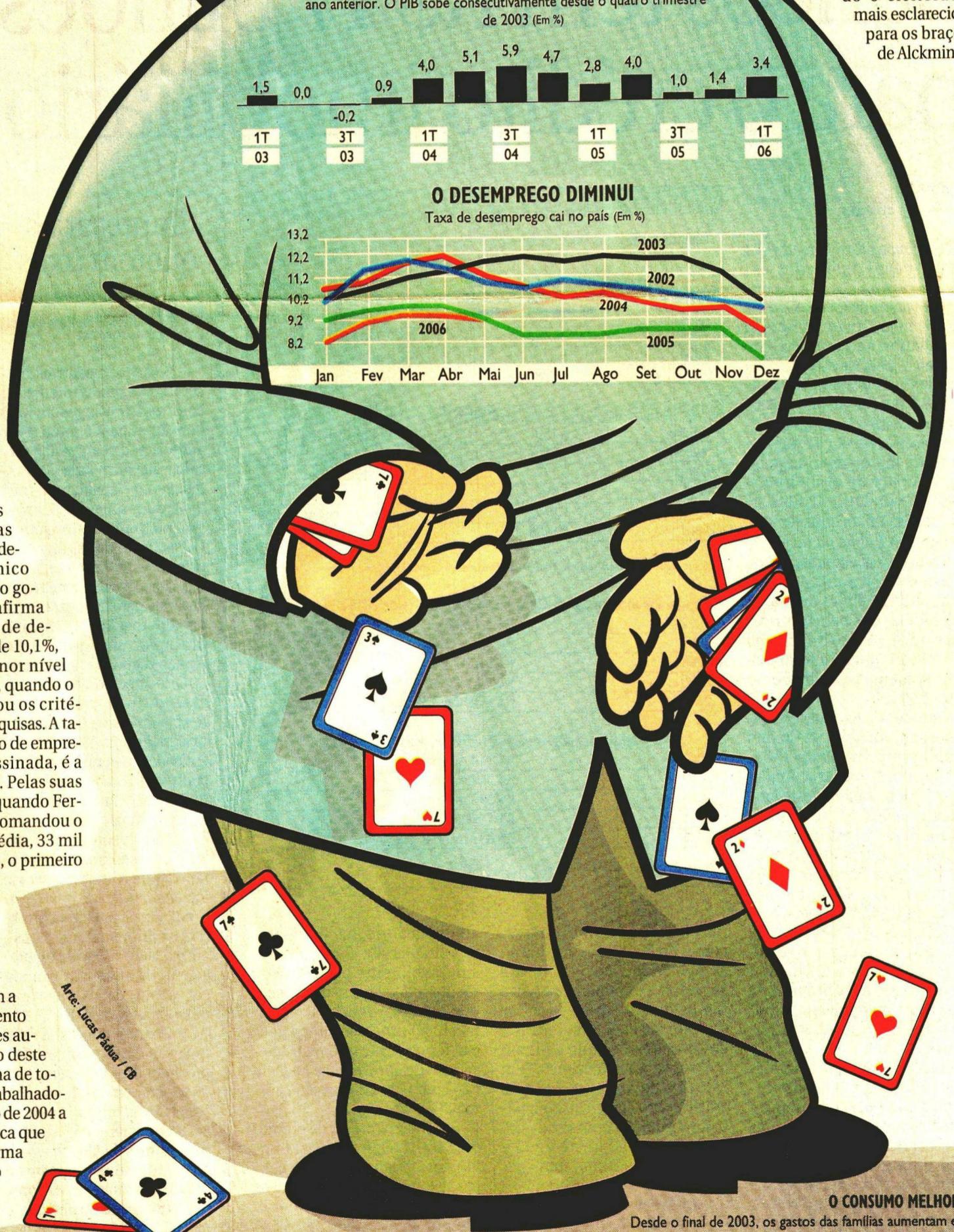
Natal, no Rio Grande do Norte", conta.

Para pessoas como Raimundo, cuja sensação de bem-estar aumentou, denúncias de corrupção e pagamento de mensalão deixam de ter importância na hora de votar, destaca o economista Nuno Câmara, do banco alemão Dresdner Kleinwort Wasserstein. Na opinião do professor de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), Otaciano Nogueira, Lula tem a seu favor o fato de que quem vota não precisa, necessariamente, estar informado sobre tudo o que ocorre no país. "Portanto, se a economia vai bem, o bolso do eleitor também está. E isso, certamente, será quase decisivo na hora de ele escolher o seu candidato", avalia.

No entender do economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, é possível que Lula consiga mais quatro anos no Palácio, sustentado pelos bons indicadores econômicos. Mas nada impedirá um voto mais consciente. Para não ser surpreendido, Lula terá que convencer a população que, se levar um segundo mandato, não jogará por terra as conquistas obtidas até agora. É justamente a dúvida sobre o que será um novo governo Lula, que está empurrando o eleitorado mais esclarecido para os braços de Alckmin.

OS TRUNFOS

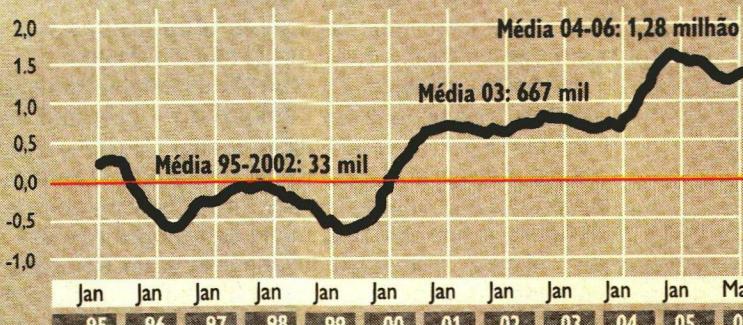
Os números melhoram durante o governo Lula



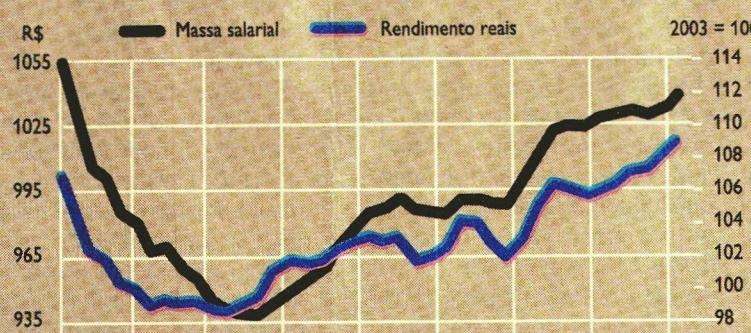
MENEZES POUPOU E COMPROU, À VISTA, UMA TV E UM APARELHO DVD

MAIS CARTEIRAS SÃO ASSINADAS

Número de empregos formais aumenta



Os trabalhadores estão ganhando mais desde o início de 2004. Confira a média móvel de três meses para o rendimento real (deflacionado pelo INPC)



A CESTA BÁSICA É COMPRADA

O salário mínimo que comprava 1,3 cesta básica em março de 2003, hoje adquire mais de duas

